

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP

POLÍCIA FEDERAL SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023/2023-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

PROCESSO Nº 08211.002309/2022-84 PREGÃO ELETRÔNICO - POLÍCIA FEDERAL

SIG SAUER INC, empresa estrangeira com sede no endereço 72 Pease Boulevard, Newington, New Hampshire, Estados Unidos, *Zip Code* 09801, vem à presença de Vossa Senhoria, respeitosa e tempestivamente, por seu representante legal ao final assinado, formular **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do certame em referência, nos termos do seu item 24.1, pelas razões de fato e de direito adiante detalhadas.

I. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE AS RAZÕES DE MÉRITO

1. A impugnante possui interesse em participar da licitação para aquisição da proposta mais vantajosa para a aquisição de sistemas de armas e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme especificações e condições previstas neste edital e seus anexos.
2. Contudo, verificadas condições de participação no pregão eletrônica, constata que o edital do certame impõe limitações injustificadas quanto aos prazos, especificação técnica.
3. Nota-se que há normas que prejudicam a isonomia e a ampliação da disputa, de modo a comprometer a vantajosidade do processo licitatório para a Administração Pública.
4. Algumas disposições do edital, ainda, violam princípios que regem as licitações, restringindo indevidamente a competitividade, condição essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.
5. Nesse contexto, pugna-se pela modificação de itens específicos do edital, a fim de ampliar a competitividade esperada do certame sem que, contudo, se comprometa a qualidade almejada para o objeto licitado, como se passa a demonstrar.

II. DA TEMPESTIVIDADE

6. Nos termos do dispositivo editalício acima citado, o prazo de impugnação é de 03 (três) dias úteis antes da data designada da sessão pública, razão pela qual, considerada a data da sessão para 26/12/2023 (terça-feira), o referido prazo findaria em 20/12/2023 (quarta-feira), pelo que se conclui ser tempestiva esta impugnação.

III. DO CURTO PRAZO PARA PROPOSTAS E ABERTURA DO CERTAME

7. Com o fito de permitir a isonomia na participação do certame entre empresas estrangeiras e brasileiras, faz-se necessária a readequação das previsões editalícias em relação aos prazos para apresentação de propostas
8. Conforme previsão editalícia, o prazo de envio de propostas foi iniciado no dia 13/12/2023, mas a sessão de abertura já está prevista para 26/12/2023, o que leva a um resultado de apenas 7 (sete) dias úteis para que tudo em termos de documentação seja providenciado até o dia anterior à licitação.

9. Máxima vênia, considerando se tratar de pregão internacional, o prazo constatado fica extremamente curto para as empresas estrangeiras, que precisam atualizar, pelo menos, alguns dos documentos com autoridades locais de seus países, de modo que, enfim, deve estar com tudo pronto até o dia anterior à licitação.

10. Considerações sobre esses aspectos acima serão detalhadas mais adiante, mas o fato é que se constata, em toda evidência, impraticável que para cada etapa dessas se tenha obtenção de cada documento.

11. Diante dessa realidade específica, deve-se ponderar que o artigo 4º, inciso V, da Lei n. 10.520/02, é claro ao fixar o lapso de oito dias úteis como “mínimo”:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, **não será inferior a 8 (oito) dias úteis;**

12. Assim, a norma legal permite que a Administração estabeleça prazos superiores, o que deve ser considerado para observância da finalidade de licitar e dos princípios de competitividade, isonomia, proporcionalidade, entre outros.

13. Importante ressaltar que o mercado de armamentos está, especialmente, no exterior e as empresas estrangeiras interessadas em participar do certame possuem o direito de concorrer em condições de igualdade com empresas nacionais, inclusive, em respeito ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como, em face da vedação à discriminação de licitantes estrangeiros, que está no artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 (“estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais”).

14. Além das considerações que já foram adiantadas, é preciso lembrar que, antes de tudo, há um período de análise pela área de compliance interno de cada grande fabricante estrangeira antes de qualquer oferta de negócios no exterior, verificação de equivalência ou não de todos os documentos exigidos para qualificação e para conferência de especificações e inclusão em contingência / previsão em certo calendário potencial de linha de produção do item específico, para que, então, se tenha as providências sobre os custos e a formação de preços, que envolvem procedimentos de logística até ponto de destino e outras variáveis. Isso torna a licitação diferenciada.

15. Pede-se, assim, que os prazos sejam fixados em, pelo menos, 30 (trinta) dias, tempo hábil para as empresas estrangeiras consigam atender requisitos, pois mesmo na situação de brasileira representando estrangeira, ainda assim, não se pode desconsiderar a parcela de tempo no exterior, de preparação de informações de aspectos legais (incluindo obtenção de documentos com órgãos no país de origem) e de custos e formação de preços para aquela demanda específica, para que tudo seja viabilizado em termos de documentação de habilitação e proposta.

IV. DO LOCAL DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato (quando empresa nacional), da emissão da carta de crédito ou da Autorização do Exército Brasileiro, o que acontecer por último, em remessa única, nos seguintes endereços:

16. Em processo de compra internacional, existem etapas e pré-requisitos para as seguintes, de modo que somente após a emissão de licenças pode-se dar início a fabricação das armas como é o caso dos Estados Unidos.

17. Por se tratar do fornecimento definitivo do objeto licitado, envolve, trâmites de importação rigorosos que passam por autorizações de várias partes envolvidas, sendo notório, por exemplo, que no caso dos Estados Unidos importações de armamentos passam sempre por rigorosos critérios de avaliação sobre os compradores, as quantidades e as especificações de produtos antes de liberação para exportações a qualquer País.

18. Para que seja permitida a entrada de armamento no país, é necessário o atendimento de diversas regras burocráticas, a envolver licenças, autorizações, além de um planejamento logístico complexo.

19. Portanto, para que seja isonômico, é necessário que haja alteração, para viabilidade com igualdade, quanto ao prazo de entrega dos equipamentos.

20. Desta forma, para que o edital fique com regras realistas, é essencial que seja alterada a redação e o cronograma, para que seja considerado prazo de fornecimento do lote de **180 (cento e oitenta) dias corridos após a emissão da licença de exportação do país de origem**. Isso fica desde logo requerido.

V. LOCAL DE ENTREGA E INCOTERM

21. O transporte de armas de fogo demanda medidas de extrema segurança e logística detalhada, a fim de prevenir possível de roubo de cargas e indesejável apossamento ilícito de tais armamentos por grupos criminosos. Todavia, há que se considerar que órgãos públicos possuem maior capacidade e recursos para a realização do transporte total dos armamentos de forma mais segura.

22. Por esse motivo, a práxis mais comum, adotada em outras licitações semelhantes, é a de prever a possibilidade de entrega do objeto do contrato diretamente em um **aeroporto internacional**.

23. Tal prática evita o risco, apresentado em algumas capitais do país, de que a carga seja desviada antes de chegar a seu destino final, promovendo maior rapidez e segurança às partes envolvidas.

24. Ademais, destaca-se que a terceirização do deslocamento dos armamentos envolveria, além do maior risco já mencionado, um aumento dos custos do fornecimento, o que impactaria no preço final dos produtos licitados.

25. A adequação da forma de entrega prevista garantiria maior economicidade e vantajosidade à Administração Pública, tendo em vista que os custos necessários ao transporte até o destino final não seriam computados no preço ofertado.
26. Nesse cenário tratado, é essencial notar que, em caso de vitória de proposta de empresa estrangeira, o desembaraço ocorrerá no SISCOMEX com o CNPJ do ente público que ficará como importador, até para que haja o efeito prático da imunidade tributária.
27. E o que a enorme maioria dos editais que podem ser verificados nos pregões listados no Painel de Fornecedores Nacionais e Internacionais (<https://www.gov.br/compras/pt-br/cidadao/Fornecedores%20Nacionais%20e%20Internacionais>), quando buscados em separado, por UASG e número de pregão, tem o INCOTERM DAP (*Delivered At Place*) ou DPU (*Delivered At Place Unloaded*), seguido de uma ressalva bem padrão, de que aquele licitante cobre em sua proposta os demais custos eventuais, se modo que isonomia ocorrerá para brasileiros ou estrangeiros.
28. Se um aeroporto internacional for definido como ponto de chegada da carga, tanto brasileiros como estrangeiros farão seu planilhamento de custos e formação de preços para o mesmo local de destino (Lei nº 8.666/93 – “Art. 42... § 6º *As cotações de todos os licitantes serão para entrega no mesmo local de destino*”). Esse aspecto aqui ao final é essencial em licitação internacional e ele se resolve, por exemplo, como tanto se pede para repetir, apontando todas as propostas (nacionais ou de estrangeiros), para aquele mesmo local, que pode ser um aeroporto, tranquilamente.
29. Assim a logística de todos fica para mesmo ponto de chegada e com segurança.
30. Ademais, é essencial que um edital internacional leve em consideração que não pode haver proposta de estrangeiro sem INCOTERM, porque isso é base de composição da proposta de algo que vem de fora do País e é elemento essencial cobrado para o processo de importação, nos termos do Decreto nº 6.759/2009, que dispõe sobre o Regulamento Aduaneiro (conforme o artigo 557, inciso XIV, INCOTERM é requisito para a fatura da importação, logo, para licitação, precisa estar desde a proposta, porque ela irá se refletir na condição de negócio a ser também respeitada na importação).
31. Edital de licitação internacional sem INCOTERM, máxima vênia, é nulo, porque não tem uma condição essencial a compor preço, considerando segurança, logística, custos e responsabilidades e isso tudo muda a elaboração da proposta.
32. Desta forma, permitir a entrega dos equipamentos em Aeroporto Internacional e informando o necessário INCOTERM não apenas garantiria a completa segurança no transporte dos equipamentos, como beneficiaria a competição igualitária, beneficiando diretamente a Administração Pública.

VI. SOBRE A EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MATURIDADE OPERACIONAL

1.2.42. O modelo da arma em questão deve ser resistente, robusto e com maturidade do projeto e histórico de emprego por órgão policial/militar a pelo menos 02 (dois) anos. A comprovação deve ser feita através de apresentação de contrato de compra e venda, e/ou declaração do órgão policial/militar;

1.2.46. O modelo da arma em questão deve ser resistente, robusto e com maturidade do projeto e histórico de emprego por grupo tático que realize atividades típicas policiais e militares há pelo menos 03 (três) anos. A comprovação deve ser feita através de apresentação de contrato de compra e venda, e/ou declaração das Empresas;

1.4.45. O modelo da arma em questão deve ser resistente, robusto e com maturidade do projeto e histórico de emprego por grupo tático que realize atividades típicas policiais e militares há pelo menos 03 (três) anos. A comprovação deve ser feita através de apresentação de contrato de compra e venda, e/ou declaração das Empresas;

33. Manter a previsão de maturidade operacional tanto para armas quanto para acessórios é diminuir a capacidade da instituição em adquirir novas tecnologias.

34. Ou seja, no mercado mundial bélico a evolução das tecnologias é constante, dessa forma, cabe a instituição prezar pela aquisição de armamentos que possam acompanhar o surgimento de tecnologias bélicas, remar ao contrário disso, é punir a própria instituição de adquirir o que o mercado tem mais de moderno.

35. Interpretar e levar realidade de certa facilidade de conseguir documentos dentro do território Brasileiro para um pregão internacional, onde comprovações envolve vendas de diferentes países que restringem informações pelo objeto em questão que são armas, é um erro que afasta potenciais licitantes, restringindo de forma injustificada a competição na disputa sob pena de diminuição considerável de competitividade.

36. Além do grau de dificuldade de se conseguir o documento, porque corporações militares como as Norte Americanas e outras possuem Acordo de Confidencialidade ou de Não Divulgação (Non Disclosure Agreement – NDA) com cada contratado, exatamente, para que se evite o vazamento de informações de armas que determinados países possuem, visto que alguns estão sempre em situações de guerras, impossibilitando qualquer apresentação de documento que comprove venda.

37. A própria instituição faz previsão de testes de aceitabilidade em referência ao armamento a ser adquirido sendo uma forma totalmente segura de testar e aceitar exatamente aquele modelo que está sendo oferecido. Os testes realizados pela própria instituição contratante possuem complexidade suficiente para atestar a qualidade do armamento.

38. Por fim, é necessária uma reflexão adicional, até por força do artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que trata da imposição de análise das consequências práticas de cada ato ou decisão administrativa: percebe-se que o edital precisa ser modificado, também para que uma parte menor do objeto acabe prejudicando a maior, que é a arma em si, que já tenha vendas comprovadas.

39. O todo não pode ser prejudicado por um aspecto ou item menor.

40. É preciso também considerar razoabilidade e proporcionalidade (artigo 2º da Lei nº 9.784/99), para que não se tenha prejuízo à própria finalidade de licitar (artigo 3º. Da Lei nº 8.666/93).

4. DO DETALHAMENTO DOS TESTES

4.1. Teste de metrologia e características gerais:

4.1.1. Para o teste presente neste subitem, serão utilizados 02 fuzis de ação por ferrolho e 02 fuzis semiautomático, com todos os carregadores já municiados;

4.1.2. Objetivo: avaliar o armamento através de inspeção visual e análise metrológica quanto as suas características gerais físicas, funcionais e mecânicas, verificando-se a conformidade quanto aos requisitos técnicos mínimos e analisando as especificidades do modelo.

41. Inclusive porque incide sobre o modelo exato que será efetivamente fornecido na execução do contrato, garantindo a segurança e a veracidade dos resultados; a duas, porque não compromete a participação de potenciais interessadas na licitação.

42. Conforme dispõe o art. 2º do Decreto n. 10.024/19, o pregão eletrônico é condicionado, dentre outros, aos princípios da eficiência e da competitividade. Ademais, prevê o seu §2º que as normas que o regem devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa pelos interessados.

43. Sabendo-se que a aquisição de armas dessa categoria requer extremo sigilo em países estrangeiros, solicitamos, que seja retirada a exigência da maturidade operacional, uma vez que a própria instituição fará testes próprios e completos no armamento.

44. E como forma de mais segurança na aquisição, a instituição já faz previsão de comprovação de venda através do atestado de capacidade técnica, que visa assegurar que a licitante fez vendas efetivas de qualquer tipo de armamento.

VII. VEDAÇÃO DE DIRECIONAMENTO ARMAS E ACESSÓRIOS

45. Com máximo respeito, é evidente que o edital está estritamente voltado para uma marca específica de armamento e acessórios.

46. O Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal: estabelece a obrigatoriedade de licitação e veda o direcionamento do procedimento.

47. A Lei 8.666/93, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, tem como princípio fundamental o da isonomia, que visa garantir tratamento igualitário aos participantes do processo licitatório.

Artigo 3º, caput: Este artigo estabelece os princípios básicos da licitação, incluindo a isonomia, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa e a vinculação ao instrumento convocatório.

48. É fundamental analisar esses dispositivos em conjunto para compreender completamente as proibições relacionadas ao direcionamento em licitações, garantindo a transparência, a competitividade e a legalidade nos processos de contratação pública.

49. Para que se esclare as situações, em seu direito à produção de provas, que é resguardado na Lei nº 9.7984/99, a ora impugnante requer que, para análise desta impugnação, se envie a esta impugnante todas as cotações que foram utilizadas para a elaboração do estudo técnico preliminar, porque, em muitas das situações, há falha de planejamento que decorre mesmo se algo involuntário de mapeamento de mercado com certa incompletude de opções, de informações, do que há no mercado.

50. Assim, pede que, na análise da impugnação, já seja enviado aos licitantes todo o conjunto de cotações e se explique porque foram definidas as especificações fixadas no edital.

VII. EM RELAÇÃO AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ITEM 03

1.4.8. Retém do ferrolho ambidestro confeccionado em aço forjado ou usinado (não sendo permitido confeccionado pelo método MIM ou outra forma de fundição) e endurecido com acabamento em nitretação;

51. A impugnante requer a modificação para torná-lo não ambidestro, a fim de possibilitar uma participação mais abrangente e aumentar a competitividade buscando dessa forma economia para com os recursos públicos. A exigência já postulada no edital, da alavanca de manejo ser central, já substitui em grande parte a forma de utilização do fechamento do ferrolho de forma ambidestra.

52. De outro lado, mesmo sem intenção, **o edital tem efeito de um certo direcionamento para fabricantes específicas de armas e acessórios**, o que não pode ocorrer, porque implica em violação a princípios como os da legalidade, da isonomia e da impessoalidade, do artigo 37 da Constituição Federal.

53. Violação evidente, ainda da igualdade de tratamento entre licitantes, do inciso XXI do mesmo artigo constitucional acima citado.

54. **Por essas razões de pede a exclusão da obrigação das especificações técnicas que direcionam o edital.**

VIII. AGRUPAMENTO INDEVIDO EM LOTE DE ARMAMENTO

46. A aglutinação ou o agrupamento de vários itens em LOTE (com competição única e preço global por lote) ensejará uma violação evidente ao princípio da igualdade, uma vez que restringirá de forma significativa o número de licitantes no certame, prejudicando significativamente os interesses da Administração.

55. No atual formato, as fabricantes de armas, apesar de terem acessórios compatíveis em sua linha de produção, são compelidas a comercializar produtos de

terceiros. Isso ocorre devido à restrição imposta pelas especificações contidas no edital, que limita significativamente a diversidade de acessórios disponíveis.

47. Há empresas no mercado que fornecem um ou outro item, todavia, há um número mínimo pronto para fornecer o conjunto (armas e acessórios), agravado em especial pelo fato da inserção no conjunto de objetos que possam ser adquiridos separadamente, no caso, lunetas, nível bolha, identificador de inclinação, mount 34mm com especificação restrita.

48. Acessórios disponíveis no mercado que podem ser adquiridos de diversas fabricantes e revendedores que não fazem parte do segmento da indústria de armamentos. E aliás, não se pode impor, de forma coercitiva, a responsabilização do fabricante de armamentos pela venda em conjunto de um acessório de terceiros.

49. Por esse tipo de situação é que nos estudos técnicos preliminares se avalia, ainda na fase de planejamento da licitação, quais são os fabricantes ou ainda os distribuidores de armamentos e, também, dos outros itens, como os acessórios que sejam comprovadamente compatíveis com cada tipo de arma e isso pode ser verificado dentro de cada processo distinto.

50. O fato é que SIG SAUER, Barret, Accuracy International e Stery Arms, por exemplo, fabricantes de armamentos, não competem com empresas que tomam parte nos pregões de supressores, lanternas e lunetas, como a empresas fabricantes desses acessórios e equipamentos.

51. Como exemplo, de licitações e fornecedores de acessórios, podemos citar o Pregão Eletrônico SRP nº 45/2020, da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro

(http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=200356&modprp=5&numprp=452020) /
(<http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/termoHom.asp?prgCod=896160&tipo=t>).

52. É evidente que não há informações indicando a realização de estudos técnicos que considerem essas diversas realidades. Além disso, observa-se que a limitação das descrições técnicas pode comprometer integralmente a licitação ao concentrar em um único fornecedor os fuzis com determinados acessórios. Isso se torna mais preocupante ao considerar que os itens em questão, como fuzil, luneta, bipé, nível bolha, entre outros, não podem ser numericamente vinculados em quantidades, evitando assim uma venda casada forçada.

53. Essa prática da venda em conjunto é particularmente problemática, dado que esses objetos apresentam demandas distintas na prática, influenciadas por seu uso, características de ciclo de vida e variações nos desgastes ao longo do tempo de operações. Além disso, são sujeitos a diferentes garantias, procedimentos de manutenção e necessidades de reposição.

54. Risco evidente de danos a serem sofridos no preço a pagar e na execução do contrato, pois em razão definição de especificidade de acessórios pode se acabar comprando fuzis de qualidade inferior (não se pode vincular algo maior, como os

armamentos, por algo menor, como os acessórios). Cada item desses precisa de regras distintas para perfeita seleção, com a segurança necessária, mas sem vinculação.

55. A questão mais problemática reside no fato de que, mesmo sem intenção, as descrições estão claramente direcionadas a determinadas fabricantes.

56. Distintas empresas trabalham seus produtos compatíveis, mas em separado, porque são itens tecnicamente e comercialmente distintos, até com suas próprias necessidades de especificações, que não podem se sobrepor a prejudicar as compras dos armamentos.

57. Assim, pela diversidade de objetos será preciso reformular o edital e corrigir o problema da ilegal aglutinação ou agrupamento de tantos objetos distintos, porque tecnicamente, operacionalmente, comercialmente, são diferentes, sob pena de persistir a violação ao disposto no artigo 23, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, que estabelece como padrão que haja parcelamento do objeto da licitação, para ampliar a competitividade: “Art. 23 ... (...) § 1º As obras, serviços e *compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*”.

58. Em razão dessa regra legal, o Tribunal de Contas da União editou a Súmula 247 nos seguintes termos: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

59. Competitividade, portanto, depende disso, sendo que está evidente a solução que deve ser adotada, de dividir armamentos e acessórios em processos competitivos distintos, o que não trará prejuízo à Administração, mas diversas vantagens, uma vez que haveria uma maior concorrência para cada produto em separado (bastando exigir prova de compatibilidade de acessórios com as armas) e requisitos de cada um devem ser tratados com comprovações técnicas próprias.

60. A seleção da proposta mais vantajosa, objetivo do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, estará viabilizada e com segurança e competitividade, sendo de alertar que basta uma pequena desconformidade ou descrição errônea de especificação de algum dos acessórios que se tem inviabilidade do pregão inteiro de fuzis, o que é uma gravíssima constatação, sendo evidente que o agente público precisa considerar as consequências práticas de cada decisão a ser tomada, como assim determina o artigo 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

61. Com profunda vênia, **não se pode colocar em risco uma licitação inteira de fuzis pela dependência de especificações técnicas de acessórios** que deveriam estar em discussão própria, em outro processo, repita-se, porque isso trará mais segurança na aquisição dos fuzis, mais competição para esse segmento de produto e o mesmo ocorrerá na disputa posterior de acessórios, com competição seguindo as especificações técnicas do que comprove compatibilidade com os armamentos.

62. Somente assim se terá proposta de maior vantajosidade de armamento e de acessórios, sem prejudicar o processo por inteiro pelos itens menores, os acessórios.

IX. DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS QUE RESTRIGEM A COMPETITIVIDADE

63. Primeiramente, a impugnante ressalta que busca apenas que o processo tenha isonomia e seja adequado para participação de empresas reconhecidas mundialmente pela qualidade e confiança do seu armamento.

64. A Empresa Sig Sauer, é uma das principais empresas mundiais no fornecimento e produção de armamentos, equipamentos, munições e dentre outros. Além de ser uma Empresa que fabrica e desenvolve tecnologia junto a outras Forças Armadas do Mundo, podendo citar o próprio Exército Americano.

65. As recomendações de alterações do Edital se devem pela certeza que não modificará a qualidade e o objetivo proposto pela nobre instituição, que busca um equipamento de qualidade para os seus operadores.

66. A presente impugnação da especificação citada pretende afastar do presente procedimento licitatório exigências técnicas feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

67. As exigências restritas no referido Edital que foge do contexto técnico não trazem benefício algum ao certame, ao contrário, apenas impossibilitam a competitividade, ferindo em absoluto o princípio constitucional e administrativo da isonomia.

68. Fica claro que o edital não pode trazer formalidades exacerbadas e exigências desnecessárias, que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório, vindo a acarretar numa escolha que não necessariamente será a mais vantajosa à Administração.

69. Portanto, solicitamos que aceitem as recomendações abaixo discriminadas. Dessa forma, o único objetivo é aumentar a gama de possibilidades de aquisição de armamentos e equipamentos de ultima geração, com tecnologia desenvolvida com a finalidade de aumentar a capacidade operacional das instituições em âmbito mundial.

70. Requisito da especificação do edital: Retículos Horus, modelos TReMoR 3 com iluminação.

71. Considerando as especificações de um produto acessório, fica claro o direcionamento para pouquíssimas fabricantes de Luneta (Night Force, Leupold), as quais, somente elas, atenderiam as especificações descritas, sendo ainda o retículo Tremor3 patenteado pelo seu fabricante.

72. Tal exigência prejudicaria a participação de grande parte das fabricantes de armas no referido certame, uma vez que a Luneta exigida constituiria uma forma de subcontratação, ou seja, com a finalidade de cumprir um requisito de acessório a Empresa SIG SAUER se obrigaria a adquirir uma Luneta diversa do seu portfólio de fabricação, o que implicaria na garantia do objeto, pois é um item adquirido de outra empresa.

73. A referida Luneta especificada é fabricada por uma empresa que não participará do certame e mesmo que participasse seria um item adicional que prejudicaria a isonomia e ampla participação das outras licitantes.

74. O Tribunal de Contas da União adverte que:

“Direcionar o edital de uma compra com as características de determinado conjunto de fornecedores não tem nenhuma convergência com o trabalho de especificar corretamente o objeto pretendido para um determinado processo de licitação.”
- conforme entendimento do TCU no Acórdão 641/2004 – Plenário.”

75. Importante ressaltar que a aquisição de itens isolados não pode ser confundida com o objeto principal da licitação, qual seja, a aquisição de armamentos. Tal exigência se mostra prejudicial para que fabricantes de armas possam ofertar seus produtos adequadamente. A exigência de compatibilidade é, de fato, compreendida, entretanto o item secundário (luneta) não pode direcionar a compra do item principal.

76. A possibilidade de flexibilizar a especificação da luneta, sem perder a qualidade e as qualidades técnicas, pretende afastar do presente procedimento licitatório exigências técnicas feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a isonomia entre os participantes.

77. A exigência somente dessa especificação, portanto se mostra impeditiva à ampla participação e concorrência no certame. Como forma de sugestão, a fim de evitar o direcionamento, a SIG SAUER solicita a alteração da especificação citada com a certeza que ofertará uma luneta de tão boa qualidade, até melhor, quanto à pretendida inicialmente com um retículo que atenda os ajustes táticos propostos pela Tremor3, os quais os requisitos de durabilidade e garantia possa ser respeitada.

78. Outro item vinculado é o mount, onde se exige que o mesmo deve ter trilho do tipo picatinny também na parte superior dos anéis, para acoplagem de outros

equipamentos, do tipo condition one accessory ring cap (arc) tan, ou seja, novamente especificação do objeto restrita e indicação de marca que atende a especificação.

79. Ainda, é claramente identificado que, no referido edital, existe o direcionamento vinculado do item principal para determinados acessórios que não compõem obrigatoriamente um conjunto para o funcionamento da arma de fogo, a exemplo do Nível tipo “bolha” de cerâmica e Identificador de inclinação.

80. **No próprio edital fica explícito o direcionamento de determinado produto, onde, somente este produto indicado atendem as características exigidas para a entrega do objeto principal.**

81. Forçar uma fabricante a adquirir acessórios de outra empresa, atrelando a ela a responsabilidade pela garantia de todo o conjunto, representa um prejuízo à igualdade de condições e à eficiência no uso dos recursos públicos. Ao adquirir um item adicional de um fabricante distinto, seus custos são incorporados ao valor final do produto, incluindo os impostos relacionados à transação comercial. Além disso, há o risco de que as garantias do objeto não sejam devidamente atendidas. Nesse contexto, seria mais vantajoso para o órgão adquirir diretamente da fabricante ou de distribuidores autorizados, evitando complicações adicionais e otimizando a gestão dos recursos públicos.

82. Portanto, pede-se que seja alterado a especificação do edital, visando a competição justa e com comparação em igualdade de padrões das armas e equipamentos, a evitar nulidade na licitação e minimizar prejuízos futuros a Administração Pública.

IX. DO PEDIDO:

56. Por todo o exposto, requer seja a presente IMPUGNAÇÃO conhecida e JULGADA PROCEDENTE, para que todas as alterações aqui pleiteadas sejam efetuadas no edital.

57. Requer-se, ainda, seja determinada a **republicação do Edital, com a adequação solicitada** e consequente reabertura dos prazos, nos termos do artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 19 de dezembro de 2023.

MARCELO SILVEIRA DA COSTA
SIG SAUER INC.
PROCURADOR E REPRESENTANTE NO BRASIL